



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpeção escrita

No passado mês de Abril, apresentei uma interpelação escrita a propósito do andamento e da transparência das obras do plano urbanístico dos novos aterros. Há dias, recebi a respectiva resposta do Governo, na qual se afirma que: “verificaram-se atrasos no andamento das obras de aterro da Zona A, no entanto, *já se exigiu ao empreiteiro a adopção dinâmica de medidas necessárias e eficazes para recuperação do atraso da obra, com vista a assegurar a sua conclusão, tanto em termos quantitativos como qualitativos, dentro do prazo de execução estipulado e segundo os critérios de segurança definidos.*”. Mas segundo os operadores do sector, até ao momento, as obras de aterro da Zona A não registaram qualquer avanço significativo, portanto, têm muitas dúvidas quanto à possibilidade de as mesmas conseguirem estar concluídas no prazo definido. Portanto, esta resposta simples do Governo não é convincente. Mais ainda, durante a recuperação do referido atraso, o Governo deve divulgar, atempadamente, informações sobre o andamento das obras e sujeitar-se à fiscalização pública, uma vez que isso é importante para garantir a qualidade das obras. Mas o Governo não respondeu, directamente, à questão da transparência das obras, colocada na referida interpelação.

Pelo exposto, venho mais uma vez interpelar sobre o seguinte:

1. Restam apenas 17 meses para chegar ao fim o prazo das obras, mas no aterro da Zona A apenas se concluiu o primeiro procedimento, isto é, a



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

abertura de rotas marítimas provisórias. Segundo os operadores do sector, a construção de um aterro inclui mais de dez procedimentos, no mínimo, tais como valas de fundação de areias finas, barreiras ou diques de solos, demolição dos diques velhos, barreiras de areias finas e aterros, tratamento e melhoria dos solos, etc.. Só no caso dos carregamentos para evitar vazios nas camadas inferiores são necessários, no mínimo, cinco meses, e durante a realização das obras é ainda necessário proceder ao cálculo do tempo de subsidência dos diques, o que também exige, no mínimo, cinco meses. Assim sendo, o tempo que resta será suficiente para a conclusão de tantas tarefas? Isto é preocupante! O Governo já procedeu a alguma fiscalização sobre a qualidade das obras já iniciadas? Em caso afirmativo, quais foram as obras fiscalizadas? Vai divulgar os resultados preliminares dessa fiscalização, as obras que vão ser iniciadas de seguida e a sua calendarização?

2. Atendendo à situação actual, os operadores do sector entendem que existem duas soluções para se conseguir recuperar o atraso: a alteração do projecto ou o reforço orçamental. Mas essa alteração pode afectar a qualidade das obras e o reforço é injusto para alguns empreiteiros. O Governo recebeu algum pedido de alteração do projecto ou de reforço orçamental por parte dos empreiteiros? Em caso afirmativo, deve prestar esclarecimentos públicos do tratamento que vai adoptar e da sua posição, se vai optar pela referida alteração ou pelo reforço, a fim de não deixar que a população fique com a sensação de que o Governo é refém dos empreiteiros. Vai fazê-lo?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

3. O Governo afirmou que, caso se registassem atrasos no aterro da Zona A, ia adoptar a proposta provisória do troço de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, com vista a dar resposta às reais necessidades. Atendendo a que é grande a possibilidade de tal atraso se verificar, também é grande a possibilidade dessa tal proposta provisória vir a ser adoptada. Assim sendo, qual é, em concreto, essa proposta? Quantos milhões de patacas do erário público são necessários para avançar com essa proposta?

19 de Junho de 2014.

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Si Ka Lon